

A Investigação-Acção como uma nova forma de compreender a investigação e a ciência

Rosa Soares Nunes¹

Em *Crítica e Clínica*, Gilles Deleuze, sobre o problema de *escrever* ser arrastar a língua para fora dos seus sulcos habituais, fazê-la *delirar*, refere que «há uma pintura e uma música próprias à escrita, como efeitos de cores e de sonoridades que se elevam acima das palavras» (DELEUZE, 2000, p.9).

É através das palavras, entre as palavras, que vemos e que ouvimos. Beckett falava em “escavar buracos” na linguagem para ver e ouvir “aquilo que está escondido por debaixo” (Deleuze, 2000, p.9).

Consciente da polissemia envolvida nas designações das diferentes abordagens da Investigação-Acção, apesar disso, num primeiro impulso sou levada a interrogar os acrescentes qualificativos da I-A, nomeadamente: “colaborativa” (p.ex., no âmbito do CARN²); “estratégica” (p.ex. nos trabalhos de Marie-René Veispieren, em França); “participativa” (na América Latina), em todo o caso, todas elas interpelando o paradigma dominante, isto é, interpelando uma ciência causalista, vezes de mais esquecida dos fins e da ética. À laia de parêntesis (nada inocente), se a modernidade tem uma fundação cartesiana, não a terá menos em Cervantes, como o afirma Kundera quando põe a eventualidade de talvez ter sido este último que Husserl e Heidegger não tomaram em consideração quando Husserl falava de uma crise da humanidade europeia tão profunda, com raízes no carácter unilateral das ciências europeias que tinham reduzido o mundo a um simples objecto de exploração técnica e matemática, propulsando o homem para os túneis das disciplinas especializadas, perdendo de vista o mundo e a si próprio, afundando-se naquilo a que Heidegger, numa fórmula quase mágica, chamava o “esquecimento do ser” (KUNDERA, 1988, p.19). Mas, considerando a função enfática da linguagem, os “acrescentes” atrás aludidos passam, de aparente redundância (sem condição “colaborativa” e “participativa”, “estrategicamente” geridas, como falar de I-A?) a substância matricial de um foco privilegiado, em si mesmo esclarecedor do caldo ideológico que a contextualiza. De facto, como se extrai de toda a obra de M. Bakhtin,

¹ Professora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Investigadora do CIEE da FPCEUP.

² Colaborativ Action Research Network

não há palavras neutras. Em situações revolucionárias, elas podem mesmo tomar o lugar oposto da sua significação em tempo de normatividade.

Ora é na efervescência que perpassa a experimentação social, no sentido de um outro horizonte de convivência humana, que descortinamos na América Latina a ênfase no “participativa” da I-A, esclarecendo-se o acolhimento da imprevisibilidade, inerente à I-A, enquanto paradigma alternativo, na ligação desta à Educação Popular redignificada enquanto fonte substancial de desenvolvimento da própria ciência e da cultura.

Mas, antes de empreender esse caminhar, tentarei algumas considerações que me levem a esse trilho.

A Investigação-Ação enquanto *modus operandi* de uma dialogicidade reflexiva, auto-reflexiva e, nesse sentido, inovante e transformativa

Em Investigação-Ação, agindo-se reflexivamente sobre a realidade, para a sua transformação num determinado sentido e intencionalidade, resulta no crescimento interactivo dos sujeitos singulares e dos colectivos que contextualizam essa interacção. Lugar privilegiado de experimentação social, é assim um espaço exemplar de “bricolage epistemológica”. Mas também de emergência de conflito sócio-cognitivo que acolhe um conjunto de problemáticas que lhe são centrais (ainda quando, pela tentação de uma leitura mais simplista, lhe possam parecer periféricas): a questão da comunicação e da linguagem; a questão do sujeito e da relação sujeito/objecto; a dupla ruptura epistemológica, o senso comum esclarecido e a condição dialógica; a escala a que se investiga, intervindo; a incompletude e a exterioridade, no âmbito de uma hermenêutica diatópica.

Espaço de afirmação mais epistemológico do que metodológico já que, à luz do cânone positivista resulta num “escândalo epistemológico”, uma vez que se consente em constructu ambíguo e híbrido, num espaço de cruzamentos disciplinares, a Investigação-Ação revê-se num quadro praxiológico que reconhece e acolhe a implicação; se move na imprevisibilidade e na incerteza, não descurando o papel do distanciamento, enquanto correctivo dialéctico da pertença; integra os efeitos não esperados, neles se fecundando, actualizando-se o paradigma da incerteza; se move na complexidade, dispensando-se de uma simplificação arbitrária objectualizante.

Aqui se desenha a questão central da comunicação a augurar a reabilitação da relação eu-tu no lugar que tem sido da dicotomia sujeito-objecto, num desafio ao cruzamento do que pode parecer antagónico: a dimensão utópica inerente à não conformação com o curso do mundo; e a dimensão pragmática, ligada à preocupação com as consequências das coisas, fazendo-se, no plano da construção do conhecimento, o percurso do embate com as consequências para a procura de identificação e confronto com as causas.

É no quadro desta «revolução epistemológica ainda por explorar» (BARBIER, 1996, p.7) que também ganha sentido a afirmação de Pourtois (1981), constatando que em Investigação-Acção o instrumental metodológico mantém, em relação ao objecto, uma relação de interioridade e de simultaneidade, sendo o tratamento dos dados contemporâneo da acção.

A Investigação-Acção enquanto causa e efeito de diálogo em expansão

A emergência de um investigador colectivo, central à construção multidimensional da Investigação-Acção, plasma-se na comunicação entre sujeitos, na construção de um sujeito colectivo. Como bem o explicita M. Bataille (1986), a Investigação-Acção encontra a sua especificidade no trabalho de gerar a acção pela investigação e a investigação pela acção na e pela confrontação e o questionamento de uma pela outra no seio da mudança.

Ce SUJET CIRCULANT ne peut être qu'un SUJET COLLECTIF:
. acteur collectif parce qu'il participe au changement social en tant qu'agent de ce changement (parmi d'autres);
. chercheur collectif parce qu'il participe à la recherche en tant qu'agent de cette recherche (là encore parmi d'autres) au travers du changement pris comme outil;
.sujet boucle en s'instituant comme véhicule transitionnalisant la pratique en recherche et la recherche en pratique dans le changement. (BATAILLE, 1986, p. 23)³

E, na densidade da linguagem poética, acrescenta que um dos paradoxos da Investigação-Acção reside em que ela pode adquirir o seu estatuto científico no que bem pode ser um outro paradigma:

Elle se situe dans la catalisation du changement comme véhicule de circulation, audessus d'un espace qui est peut-être l'espace transitionnel de Winnicot, l'espace de la cassure irréparable entre le sens et la cohérence, la complexité et la simplification, le subjectif et l'objectif, le singulier et le général, l'individuel et le social. Par dessus cet espace de cassure, cet entre-deux multidimensionnel, la recherche-action est peut-être le pont que l'on efforce de jeter entre des rives irrémédiablement

³ Esse sujeito circulante não pode ser outro que um sujeito colectivo: actor colectivo porque participa na mudança social enquanto agente dessa mudança (entre outros); investigador colectivo porque participa na investigação enquanto agente dessa investigação (aí também entre outros) através da mudança, tomada como ferramenta; sujeito anel situando-se como veículo transicionalizando a prática em investigação e a investigação em prática na mudança. (Tradução da autora do artigo)

séparées (vision tragique?) mais dont on sait qu'elles se nourrissent l'une de l'autre, qu'elles se génèrent l'une l'autre (BATAILLE, 1986, p. 23).⁴

Convocando alguns conceitos Bakhtinianos, no princípio do diálogo *polifónico* para a multiplicidade, gerado na e gerador de *compreensão criativa*, se abre o sentido do diálogo em expansão, que convoca a consciência de *incompletude*, propulsora de uma *hermenêutica diatópica*.

Na consciência dessa *incompletude* se inscreve também o conceito de *exterioridade*, porque é através do olhar dos outros que eu me construo enquanto imagem de mim própria. Daí a existência de um núcleo dialógico em toda a sociabilidade, como nos esclarece Bakhtine (In MIN, 2001, p. 14), que é constituído por uma resposta existencial activa, construída na própria interacção. Daí a sua funcionalidade aos efeitos da congregação de diferentes estatutos, diferentes ângulos de visão, diferente incidência e diferentes efeitos dos problemas, condizente com a situação de investigação-acção, inerentemente formativa, auto-formativa e transformativa, pondo-se a ênfase na interacção situada e no gerar interpessoal de significados, contrariando-se o a-historicismo estático, a-político e neutro.

A Investigação-acção tem a dimensão "virtuosa" que lhe confere a proximidade com os problemas, dada a escala em que opera: cobrindo pouco terreno com muito detalhe, a aproximação compreensiva ao problema, com vista a transformações emancipatórias, confronta a investigação sujeita ao cânone dominante com a consideração da implicação, assumindo-se a interferência estrutural do sujeito no objecto da investigação. Sem essa assunção, as tarefas de objectivação, são elas próprias prejudicadas pela pretensão de impessoalidade, isto é, da eliminação, por princípio, da interferência da subjectividade. Não a considerando, deixa-se essa variável sem controlo, no risco de a objectualização se substituir ao exercício subjectivo da dinâmica de objectivação.

Aqui se desenha um quadro de hostilidade da Ciência face à Investigação-Acção e o embate com mais de dois mil anos de relação hierárquica entre pensamento e acção. Correspondentemente, a emergência teórica de um terceiro campo enquadrador da dialéctica entre investigação e acção vem perturbar a bipolaridade que delineia um campo da investigação e um campo da acção.

É também no contexto dessas dificuldades que se torna compreensível que o sintagma Investigação-Acção tenha caído nos anos recentes de afirmação, fértil em consequências científicas e sociais, de um pragmatismo assertivo, a augurar o esplendor neoliberal.

⁴ Ele situa-se na catalização da mudança como veículo de circulação, sobre um espaço que é talvez o espaço transicional de Winnicott, o espaço da ruptura irreparável entre o sentido e a coerência, a complexividade e a simplificação, o subjectivo e o objectivo, o singular e o geral, o individual e o social. Sobre esse espaço de ruptura, esse entre-dois multidimensional, a investigação-acção é talvez o ponto que nos esforçamos por atirar (lançar?) entre margens irremediavelmente separadas (visão trágica?) mas das quais sabemos que elas se alimentam uma da outra, que elas se geram uma à outra. (Tradução da autora do artigo)

Entretanto, assistimos à sua reemergência, pela constatação de que esta noção continua útil (cada vez mais útil), no combate ao pensamento único da nossa época: a ameaça que representa um pensamento totalitário de “uma ciência sem consciência”.

A dupla ruptura epistemológica (na proposta teórica de Boaventura de Sousa Santos) - isto é, a ruptura com a ruptura com o senso comum mistificatório, inscrita na preocupação iluminista (entretanto tão pervertida) de um outro projecto de ciência e de sociedade - com consequências ao nível das mudanças conceptuais e da linguagem que as veicula, na esteira de um senso comum esclarecido, dá conformidade à democratização da construção científica e à alternativa epistemológica em que reverte a aproximação simbiótica teoria-prática na qual se revê a Investigação-Acção. Enfim, um espaço de laboração desse senso comum esclarecido que questione e se dispense do novo obscurantismo cientista promovido por uma linguagem hermética e fria de suporte à manutenção de relações de poder condizentes com os desígnios de uma disciplinarização e sobreespecialização compartimentadoras dos saberes que, paradoxalmente, em si engendram o esquecimento do saber-sabedoria que nos torna melhores (para lembrar Edgar Morin).

A multirrefencialidade da Investigação-Acção é uma rechamada constante à questão central da comunicação, no âmbito de um paradigma em que a democratização das relações de poder (que não desaparecem por simples declarações de boa vontade) entre diferentes actores com papéis diferentes, diferentes competências e diferentes visões do mundo, não pode deixar de considerar as questões do diálogo para a multiplicidade e do “mercado linguístico” (como diria Bourdieu) que o potencia ou despromove.

A este respeito, as considerações de Gurevitch (2001) sobre “Diálogo Dialéctico: a luta pelo discurso, o silêncio repressivo e a passagem para a multiplicidade” parecem da maior pertinência para o enriquecimento da reflexão numa área que não pode dispensar-se da vigilância crítica para manter a coerência também entre os conteúdos e a mudança de paradigma de que se reclama.

Parafraseando Gurevitch, a verdade da harmonia está na dissonância, sendo o diálogo um estado instável descrito como não identidade, e dele decorrendo uma tensão que nos empurra ao mesmo tempo na direcção da consensualidade e da dissensão.

A dialéctica ilumina essa tensão de não identidade, reabre o diálogo ao mesmo tempo que o ameaça, perturbando uma assumida unidade. É esta tensão dialéctica que potencia a abertura para a multiplicidade em expansão.

Por outro lado, «só há emancipação através de significações partilhadas» (SANTOS, 2000, p. 103). Este princípio de comunicação é, a um só tempo, interrogativo e criativo. Interrogativo das condições de participação activa que criem e sustentem o diálogo plural e a polifonia; criativo quando a negação dessas condições - que, permanecendo desigualitárias, fazem da defesa do diálogo plural um logro - se transmuta em

positividade expansiva: tão simplesmente, porque não há, é que é preciso criar. O diálogo em expansão, será então o Zénite da comunicação que, na formação para a Investigação-Acção, não descurando a avaliação dos seus próprios efeitos sobre os actores, remete para a vigilância crítica das condições institucionais ou situacionais de fechamento do espaço de improvisação e jogo aberto do “entre”, num círculo compulsivo que, em vez de criar encontro, pode produzir alienação.

A Investigação-Acção como uma nova forma de compreender a investigação e a ciência

René Barbier (1996) enfatiza o carácter de revolução epistemológica por explorar da Investigação-Acção, afirmando que ela não é um simples *avatar* metodológico da sociologia clássica mas que, ao contrário, ela exprime uma verdadeira transformação na maneira de conceber e fazer investigação em ciências humanas. Acrescentaríamos a convicção de a sua possibilidade e o seu sentido emancipador apenas ser realizável no seio da co-ocorrência de profundas transformações sociais configurando a mudança de paradigma na construção de uma sociedade do re-conhecimento e da redistribuição, na sua emergência e desenvolvimento.

Daí não ser possível ignorar os contributos da abordagem denominada de Investigação Acção Participativa I(A)P e o seu potencial transformador num campo de experimentação social.

Dando consistência reflexiva a anseios que já estavam no ar nos anos setenta (basta referir a “pedrada no charco” de Feyerabend com *Against Method*) e não descurando as tarefas de integridade e disciplina a que, tradicionalmente, sempre aspirou a investigação universitária, sobreleva deste movimento (I (A) P) preocupações práticas de que emergiram três grandes desafios relacionados com a desconstrução científica e a reconstrução emancipatória que Fals Borda (2001) sintetiza deste modo: o primeiro relacionava-se com as ligações entre ciência, conhecimento e razão; o segundo relacionava-se com a dialéctica entre teoria e prática; o terceiro relativo à tensão sujeito/objecto.

O primeiro grande desafio joga-se no enfrentamento de um cientismo sustentado na racionalidade operacional de Newton e na razão instrumental de Descartes (com o qual se pretendia compreender a natureza e controlá-la) mas, por outro lado, tendo em conta o reconhecimento feito por Bacon e Galileu de que as necessidades e as práticas da comunidade justificavam a existência da ciência, com a qual explicavam as actividades da vida quotidiana, que empreendem a conjugação do conhecimento académico associado à sabedoria popular, tornando-se num importante guião teórico para a I(A)P. Afinal o conhecimento popular tem sido sempre uma fonte de conhecimento formal.

E, se a física nos tem ensinado a dificuldade de sustentar verdades científicas fora da própria realidade do observador, de novo trago à colação K. Marx e todo um pensamento de ruptura que atesta a condição socialmente construída da ciência, sujeita, portanto, a reinterpretação, revisão e enriquecimento. E cuja biografia se confunde com o princípio fundamental de, a partir da ciência, se obter conhecimento útil para o que consideramos serem causas justas. O que, de algum modo, autoriza a que, sendo do saber (logo que não conotado com um certo conhecimento hegemônico como único) que precisamos, dele escorra sabedoria, incrustada na *praxis*, tal como Marx a viveu e enriqueceu, sustentada por uma poderosa produção teórica que, alimentando-a, dela se alimenta enquanto caldo nuclear. *Praxis* que convém actualizada na *phronesis*. À Investigação-Ação impõe-se a consideração desta ponte entre uma e outra.

Num outro tempo e num outro modo, mas no mesmo sentido último, se vislumbra a proposta simultaneamente inovadora, transgressora e, eventualmente provocadora, da dupla ruptura epistemológica e o profundo sentido de democratização da ciência e da linguagem de que Boaventura de Sousa Santos a investe, num tempo que considera de transição paradigmática, com inevitáveis consequências no pensar a Educação. Depois do rompimento da ciência com um senso comum mistificatório, esteio das evidências que a sociedade capitalista criou para naturalizar as relações de injustiça e de opressão e para cujo desvelamento a ciência teve um papel fundamental, “é a hora dela própria se converter num conhecimento partilhado e não num conhecimento de especialistas”⁵: no horizonte de um senso comum esclarecido; contrariando o novo obscurantismo cientista para que, convincentemente, advertia Pierre Bourdieu, na Auto-Sócio-Análise publicada depois da sua morte mas que tive o privilégio de ouvir de viva voz, pouco antes de nos deixar, na oportunidade de trabalho colectivo com e sobre o autor.

Para O. Fals Borda, «Se pudéssemos descortinar uma forma de fazer convergir o pensamento popular e a ciência académica, poderíamos obter simultaneamente um conhecimento mais completo e mais aplicável – especialmente através de e para classes desfavorecidas, necessitadas de apoio científico» (FALS BORDA, 2005, p. 4, 5). É ao encontro dessa convergência que se perfila o potencial democratizador da dupla ruptura epistemológica: a celebração de um novo senso comum capaz, no âmbito do combate à funcionalização e à recusa dos saberes locais tão central na ciência positivista, de articular alta cultura, cultura popular e cultura de massas, num genuíno espírito cosmopolita. No quadro de uma reflexão sobre I-A, ela não se pode desenquadrar da construção de um paradigma científico mais satisfatório que, numa situação de transição paradigmática, aponta para a reconsideração da *phronesis* aristotélica que traduzo na síntese de Boaventura, cheia de consequências epistemológicas: «uma ciência prudente

⁵ Entrevista que Boaventura de Sousa Santos concedeu à autora deste relatório, publicada na íntegra em Nunes, Rosa Soares, *NADA SOBRE NÓS SEM NÓS – A Centralidade da Comunicação na Obra de Boaventura de Sousa Santos*, São Paulo, Cortez Editora (2005).

para uma vida decente». Que melhor desígnio para a Investigação Acção participativa emancipatória?

Em “Epistemología e Investigación Participativa – Se construye el conocimiento en cooperación”, E. Lúcio e V. Ramos (2005) defendem a certa altura que, na investigação acção participativa, o problema nasce na comunidade que o define, o analisa e o resolve; que o fim último da investigação é a transformação radical da realidade social e a melhoria da vida das pessoas envolvidas; que este processo pode suscitar, em quem nele intervém, uma melhor tomada de consciência dos seus próprios recursos e mobilizá-los com vista ao desenvolvimento endógeno. Daí que considerem tratar-se de «uma investigação mais científica do que a tradicional, no sentido de que a participação da comunidade facilita uma análise mais precisa e mais autêntica da realidade» (pp. 148). Nesta mesma linha, Fals Borda (ibidem), num desabafo, partilha o sentimento de que

Os colegas que declaravam trabalhar com “neutralidade” ou “objectividade” apoiavam, de forma consciente ou inconsciente, o *status quo* existente, impedindo uma compreensão alargada sobre as transformações sociais nas quais estávamos envolvidos ou aquelas que queríamos estimular.

Rejeitamos a tradição académica de usar – e muitas vezes explorar – a investigação e o trabalho de campo principalmente para o avanço da própria carreira. (FALS BORDA, s/d, doc. Polic p. 6. Sublinhado meu).

E o autor explicita os passos dolorosos necessários à reversão de uma herança incapaz de responder aos desafios que a I(A)P impõe, o primeiro dos quais situado na desconfortável «necessidade de nos descolonizarmos a nós próprios» (ibidem).

Na implicação inspirada na *praxis*, a Investigação-Acção emancipatória também encontra sustentação teórico-prática na acção comprometida e implicada dos líderes do chamado terceiro mundo: na América Latina, na Índia ou em África. Se, deixados entregues a si próprios, o cientismo e as tecnologias puderam produzir uma quantidade redundante de informação, com os positivistas, os funcionalistas e empiricistas entregues a uma acumulação de dados que pretendiam explicativos da integração social e «que facilitou a separação cíclica entre a teoria e a prática... em vez disso tentamos teorizar e obter conhecimento enriquecido pelo envolvimento directo, intervenção e inserção no processo de acção social» (FALS BORDA, ibidem).

Referindo-se às transformações estruturais da Nicarágua dos anos 80 do século XX, e ao papel da “Acção-Reflexão-Acção”, com que se achava comprometido, Lammerink (companheiro destas viagens de Orlando Fals Borda) esclarece que, naquele contexto,

«educação para a libertação quer dizer gente trabalhando junta para chegar à compreensão e ao controle sobre as forças económicas, políticas e sociais para garantir a sua participação plena na criação de uma sociedade nova» (LAMMERINK, 1989, p.3). É este um quadro compreensivo da profunda ligação da Investigação Acção Participativa aos princípios da Educação Popular, orientada para a consciencialização das classes oprimidas, contribuindo para a transformação das suas condições de vida: educa-se na comunidade e para a comunidade, sendo o diálogo um instrumento básico de intercompreensão transformativa. Aprende-se reflectindo colectivamente sobre a realidade, na intenção de a transformar. O que induz a que «a educação tenha que superar a contradição teoria-prática, trabalho intelectual-trabalho manual, devendo estimular a capacidade para a análise crítica, auto-crítica, científico-participativa e criadora.» (ibidem). A nosso ver, aqui se dá guarida a duas condições básicas configuradoras I-A, em si geradoras de uma terceira: (1) produção de conhecimento (útil) e (2) transformação da realidade, (3) num processo de sua natureza formativo/auto-formativo, cooperativamente gerido.

Nesta alusão ao processo revolucionário Nicaraguense - impresso na criatividade de se assumir como conteúdo da educação a própria realidade desse processo, vinculando-a às tarefas dele emergentes e do seu aprofundamento, instaurando-se um princípio fundamental de acolhimento da imprevisibilidade e da sua gestão criativa no enriquecimento do próprio processo - a referência à ajuda de alguns especialistas estrangeiros para o desenho de uma das acções mais relevantes para o novo conceito de educação - a Campanha Nacional de Alfabetização - Paulo Freire é um nome incontornável. É que também a reorganização das Universidades vai neste sentido fundante de uma ligação endógena Educação Popular-Investigação Acção Participativa e de resgate da cultura popular, também ela com uma história semântica de perversões a que tradicionalmente a cultura dominante sabe sujeitar os princípios que a contestam, recuperando-a (com eficácia) para o seu contrário. Tal como, mais no âmbito europeu, os ideais de Educação Permanente (para que Avanzini advertia, premonitoriamente, ser a antítese do inferno de uma escolarização para toda a vida), prostituída pela cooptação para reformas que vão *a contrario* daquilo que auguravam e com que o sistema se precavê (servindo-lhe, quantas vezes, de neg-entropia amplificadora) daquilo que pressente como potencial de ameaça ao *statu quo*. Aqui se desenha também o papel de intermediação da língua como lugar de construção e sustentação de poder. E, para nosso governo, da sua desconstrução.

À distância de um Oceano e a anterioridade de escassos anos (1974, 1975) também em Portugal a poesia veio para a rua com o fulgor do amanhecer de um claro dia. E Paulo Freire também foi convocado a dar-nos conta da sua luta contra uma educação bancária: a dar força às “Campanhas de Alfabetização” desencadeadas pelo

Movimento das Forças Armadas no “Portugal profundo”, logo após o derrube da ditadura fascista. Num contágio imparável, revolucionavam-se os próprios currículos de formação de professores, apontando no sentido que hoje não teríamos muitas dúvidas em nomear de corajosa procura de simbiose Educação Popular-Investigação Acção Participativa, numa tão curta quanto intensa História por contar.

Num recuo maior no tempo, no que diz respeito a esta ligação umbilical, mandaria a seriedade intelectual relevar a situação matricial que antecede os dois apontamentos acima aludidos⁶ – inspiradora de muito do que aconteceu depois e sobre a qual se tem tecido uma cortina de silêncio tão ao sabor das conveniências dos poderes hegemónicos. Falo da revolução Cubana em que um dos traços fundamentais da sua complexa e original fisionomia se afirmou na constante preocupação com uma educação descolonizadora. E, a ir por aí, da força vertiginosa que era (e é) a lembrança inspiradora de José Martí: basta lembrar a sua participação na organização dos clubes revolucionários para trabalhadores, no aprofundamento da criação, que lhe era anterior, de sociedades mutualistas e cooperativas de consumo, onde se estabeleceu o costume de **leituras colectivas** nas oficinas tabaqueiras (ainda com Cuba sob dominação espanhola). Mas não é esta a ocasião de ir por aí. O salto é para a contemporaneidade interrogadora de um paradigma que, num estertor entrópico, apesar disso hegemoniza o campo da ciência.

O conceito de Educação Popular tem, a partir dos anos 50, um desenvolvimento que não se pode desligar das experiências de Paulo Freire no Nordeste do Brasil e da sua produção teórica que se vem a estender a todo o mundo ocidental, constituindo-se em instrumento de militância social, através da educação. Pondo em íntima conexão *prática Pedagógica* e *participação comunitária*, Paulo Freire coloca a educação como uma dimensão necessária da prática social emancipadora:

Enquanto prática social, a prática educativa, na sua riqueza e na sua complexidade, é um fenómeno típico da existência e, por isso mesmo, um fenómeno exclusivamente humano. Daí também que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. (...) Ao inventar a existência, como os materiais que a vida lhes oferece, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a *possibilidade* que implica necessariamente a liberdade que não terão senão lutando por ela. (FREIRE, 1994, p.86)

Nessa inscrição criativa da prática educativa na prática social de luta pela liberdade, na invenção ou descoberta da *possibilidade*, Paulo Freire enuncia os princípios que considera inerentes a toda a acção educativa os quais, a meu ver, produtivamente se confundem

⁶ O segundo dos quais (referido à revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal) eu vivi com tal intensidade que virou coisa íntima que não consigo contar.

com algumas das condições de emergência de um colectivo de investigação, rumo à emergência do Investigador colectivo: a questão do sujeito e da tensão sujeito/objecto.

- a) presença do sujeito. O sujeito que ensinando aprende e que aprendendo ensina. Educador e educando;
- b) objectos do conhecimento (...) conteúdos.
- c) Objectos mediatos ou imediatos a que se destina ou para que se orienta a prática educativa.

É exactamente esta necessidade de ir mais além do seu momento actuante (...) que, não permitindo a neutralidade da prática educativa, exige do educador a assumpção, de forma ética, do seu sonho, que é político. Por isso, impossível a neutralidade, a prática educativa coloca ao educador o imperativo de *decidir*, portanto de *romper* e de optar por um sujeito participante e não por um objecto manipulado.

- d) Métodos, processos, técnicas, materiais didácticos devem estar em coerência com os objectivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que está impregnado o projecto pedagógico. (FREIRE, 1994, p.88)

Costumo dizer aos meus alunos, a propósito da pretensa neutralidade de certos procedimentos positivistas, que mais objectualizam do que servem as tarefas de objectivação que, numa investigação, não há nada menos neutro do que as escolhas técnicas. Este ponto d) de Paulo Freire, traz-me à memória uma citação que Mialaret - num livro em que este defendia as virtualidades do método global para a aprendizagem da leitura - fazia de Jean Gueeno da UNESCO que, nos anos sessenta esclarecia, com a acutilância de uma grande preocupação crítica que, (cito de cor) certo modo de ensinar a ler, não é mais do que **preparar melhores escravos**.

Para além da clara alusão à problemática da implicação, no percorrer destes quatro pontos - que o autor qualifica de «maneira simples, quiçá esquemática, mas não simplista», do seu ponto de vista, inerente a toda a situação educativa (ibidem) - vislumbra-se a questão do sujeito em termos de reciprocidade, desafiando-nos para a imaginação da condição criativa de desenlace numa comunicação tendencialmente horizontalizante e mais simétrica que, afinal, sobredetermina o quadro emergencial de um colectivo de investigação, rumo à exigente construção do investigador colectivo, onde se pode jogar o cruzamento do saber de experiência feito e do saber científico, logo que esclarecidos da sua produtividade bionívoca, isto é, dissuadidos do fraudulento convencimento auto-designativo de saber- único-legítimo, produtor de verdade-única. Deixa-se aqui adivinhar a complexa questão do diálogo e da democraticidade comunicacional para que ele remete, se instituído em sínteses reparadoras, pela superação de uma longa e persistente colonização socio-cognitiva. Diálogo, enquanto

espaço de construção do **ser social**, que põe no centro da reflexão de Paulo Freire a *linguagem* na sua função constitutiva dos sujeitos. Citando François Jacob - na defesa de que somos seres programados, mas programados para aprender, portanto, seres curiosos que se arriscam, se aventuram, se educam no jogo da liberdade - Paulo Freire sustenta que

Sem a invenção da linguagem nada disso teria sido possível, mas, por outro lado, a linguagem não existe sem pensamento, tal como não é possível pensamento sem linguagem; não surgiu ou se constituiu por pura decisão inteligente do animal quando se transforma em pessoa. As mãos soltas, libertas, trabalhando instrumentos que utilizam o corpo ampliando assim o seu campo de acção, tiveram uma importância indiscutível na construção social da linguagem.

Há muito tempo que Sollas disse: "os trabalhos feitos pelas mãos do homem são o seu pensamento revestido de matéria".

(FREIRE, 1994, p.86)

E dá curso à ideia de que a linguagem se desenvolveu e se desenvolve no fazer das coisas pelos indivíduos para si e para os outros, em cooperação, com a imprescindível mediação da linguagem. No que me permito a alusão à categoria *trabalho*, enquanto fonte de compreensão do próprio fenómeno humano-social, e que, de certo modo, me ocorre como uma espécie de exercício ideologicamente auto-clarificador da informação atrás mobilizada.

Sabendo-se que as actividades que atendem a necessidades de sobrevivência são generalizadas entre espécies animais, J. P. Neto (2007, p. 30) dá-nos conta de que, aquilo que designamos de *trabalho*, é algo substantivamente diverso dessas actividades: diferentemente das actividades naturais, o *trabalho* se especifica por uma *relação mediada* entre o sujeito executante e o seu objecto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). A relação entre um e outro, é sempre mediada por um *instrumento* que não é uma criação da natureza: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha:

A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho, o *problema dos meios e dos fins* (finalidades) e, com ele, o *problema das escolhas*.

(NETO, 2007, p. 32)

Considerando estes dois problemas postos pelo trabalho, isto é, o da *antecipação* da finalidade nas representações do sujeito, correspondendo a uma intencionalidade prévia, sendo o trabalho uma actividade projectada, *teleologicamente direccionada*, *prévia ideação* (no dizer de Lukács) que, sendo indispensável à efectivação do trabalho, de todo o realiza. *A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objectiva**,*

*isto é, quando a matéria natural, pela **acção material** do sujeito, é transformada,* configurando-se um movimento indissociável em dois planos: o subjectivo (a prefiguração processa-se no âmbito do sujeito) e o objectivo (resultante da transformação material da natureza) (ibidem);

por outro lado, tanto a ideação dos fins quanto dos meios de trabalho colocam ao sujeito o imperativo de fazer *escolhas* (o imperativo de *decidir*, de que atrás fala Freire) que remetem para *avaliações* pertinentes a atingir as finalidades, o que exige que o sujeito *conheça* as propriedades da natureza:

Não basta prefigurar idealmente o fim da actividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objectivas em que actua e possa *transmitir a outrem* essas representações. (...) ou seja: a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém. Ora, tudo isto requer um sistema de **comunicação** que não deriva de códigos genéticos (...) mas de fenómenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) que, além de *aprendida*, é condição para o aprendizado (NETO, 2007, p. 33).

No desenvolvimento desta argumentação, o autor explicita que, para além de actividade específica de homens em sociedade, o trabalho «é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**» (ibidem).

Dando conta de como o grupo de educadores populares e trabalhadores sociais implicados na *praxis* foi fundamental para o seu desenvolvimento intelectual, Fals Borda refere que foi com Bacon que, mais uma vez, resolveu as tensões teóricas criadas pela acção directa e primazia da prática, citando um excerto da sua obra "Thoughts and Conclusions":

Na Filosofia natural os resultados práticos não são só uma forma de melhorar condições mas são também uma garantia de verdade ... A Ciência deve ser reconhecida pelos seus trabalhos. A verdade é revelada e estabelecida mais pelo testemunho das acções do que pelo pensamento lógico ou mesmo pela observação.

FALS BORDA, 2001, p. 29.

Assim confortado intelectualmente, o autor reconhece-se nesse ir mais longe, «adoptando como linhas de orientação que a prática é determinante no binómio teoria-prática e que o conhecimento deve servir para o melhoramento das práticas» (ibidem), aí reconhecendo o papel fundamental da linguagem (e das relações de poder que ela

mediatiza) na habilidade, de extrema exigência, de reconversão do senso comum em “bom senso”, como recomenda Gramsci.

Descobrimos a desadequação da arrogância académica e em vez disso aprendemos a desenvolver uma atitude de empatia com os Outros a que chamamos “vivência” ... (*Erfahrung* de Husserl). Com o cuidadoso toque da *vivência* humana, da sua necessidade de simetria na relação social, tornou-se fácil prestar atenção aos discursos vindos das mais diversas origens intelectuais ou concebidos com uma sintaxe cultural diferente. (FALS BORDA, 2001, p. 29).

A ideia de um compromisso existencial com a luta por um “contra poder” dos grupos humanos explorados e oprimidos, face à violência a que o capitalismo global os sujeita, não é dissociável de uma ideia de justiça cognitiva também ela capaz de apetrechar a conjugação do saber académico com o saber popular e ajudar «a superar os “procedimentos fraudulentos” da investigação tradicional» (FALS BORDA, 2005, p. 213). Na afirmação de que as pessoas comuns merecem saber mais sobre as suas próprias condições de vida, de modo a melhor poderem defender os seus interesses, mais até do que as outras classes sociais que monopolizam conhecimentos, recursos, técnicas e poder, o autor apela à reorientação do foco da atenção para a justiça e para os não privilegiados. Apelo coerente com o ideário de uma I(A)P e de uma militância social na Colômbia que lhe valeu a explícita rejeição do seu trabalho por sociólogos norte-americanos, culminando, a certa altura, com a recusa do visto de entrada pelo Departamento do Estado nos Estados Unidos.

Num “regresso a casa” que o tempo se encarregou de arquitectar, colocava assim o que dizia ter sido as suas aprendizagens, por tentativa e erro, de quase meio século de pesquisa –acção participativa:

- Não monopolizar o seu conhecimento, nem impor arrogantemente suas técnicas, mas combinar suas habilidades com o conhecimento das comunidades, tomando-as como parceiros e co-pesquisadores.
- Não confie em versões elitistas da História e da Ciência que responda aos interesses dominantes mas estar receptivo/a para contra-narrativas e tentar recuperá-las.
- Não dependa apenas da sua cultura para interpretar os factos, mas recuperar os valores locais, as características, crenças, artes.
- Não imponha o seu estilo pesado científico, mas difunda e compartilhe o que aprendeu juntamente com o povo de uma forma totalmente compreensiva e até mesmo literária e agradável, pois a ciência não deve ser necessariamente um mistério nem um monopólio de especialistas e intelectuais (FALS BORDA, 2009, p. 3, 4).

Em “A Investigação (Acção) Participativa na Teoria Social: Origens e Desafios”, Orlando Fals Borda, no seu comprometimento com a vida, desafia o poder da academia apelando **“a que as universidades recuperem a sua missão crítica e a que sacudam o seu mundo lento, fastidioso e disciplinarmente departamentalizado, colocando professores e alunos em contacto com os problemas do mundo real.”** (FALS BORDA, 2009, p. 13, 14).

Assim interpelada a Universidade, num pano de fundo das determinações estruturais decorrentes da globalização da economia neoliberal, a escala a que opera a Investigação-Acção tem essa dimensão de laborar na proximidade do problema, vivendo-o.

Considerando essa dimensão do lugar, a própria universidade, erigida a fórum privilegiado de debate e produção científica, em que estado se encontra no seu comprometimento com o trabalho de despertar a sensibilidade social e envolvimento dos estudantes nas tarefas (exigentes de um sério trabalho ao nível simbólico) de transformação social? Encravada entre uma produção conceptual, quantas vezes repetitiva e estéril, cristalizada na teoria sobre a teoria, alheada da “coisa em si”, e uma “agressividade” interventiva que, com mais frequência do que o desejável, pouco ou nada tem a ver com o favorecimento da consciencialização das populações mais vulneráveis às consequências de uma diferenciação desigual na repartição da riqueza e do conhecimento, para a tomada em mãos da resolução dos problemas que verdadeiramente as afligem mas, quantas vezes, com preocupações academicistas que sobrelevam e encaminham energias e sinergias para o lugar da disputa no âmbito de uma carreira que - como sugere Bruno Latour em *Le Métier de Chercheur* - eleva a competição a níveis que fazem inveja à que se processa no âmbito das instituições do mercado capitalista. Assoberbada por uma racionalidade burocrática, que também transparece na pressurosa adopção de uma linguagem neoliberal, nem se pergunta: com tanta reflexão, com tanto debate, com tanta produção científica, com artigos produzidos em catadupa, como este curso do mundo? Qual o nível da nossa cumplicidade com este novo darwinismo social que, quotidianamente, consolida estratégias de concentração, nunca vista, da riqueza e do conhecimento produzidos, em meia dúzia de mãos alheias à dor e à humilhação que, num gritante silêncio, avassalam este nosso mundo?

(...)

Filhos do sol, mãe de viventes, encontrados e amados ferozmente, com toda a hipocrisia da saudade, pelos imigrados, pelos traficados e pelos touristes.

No país da cobra grande.

Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem colecções de velhos vegetais.
E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiriço e continental.
Preguiçosos no mapa-mundi do Brasil.

Uma consciência participante, uma rítmica religiosa.

Contra todos os importadores de consciência enlatada. A existência palpável da vida. E a mentalidade pré-lógica para o Sr. Lévy-Bruhl estudar.

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direcção do homem.

(...)

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade.

(Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*)

Referências bibliográficas:

ANDRADE, O. **A Utopia Antropofágica**. São Paulo: Ed. Globo, 1990.

BARBIER, R. **La Recherche-Action**. Paris: Anthropos, 1996.

CASCANTE, C. Conferência de abertura do **Congresso Internacional de Investigação Acção**, EAR 2007, na Universidade de Valladolid, 2007.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. Lisboa:Edições Século XXI Lda, 2000.

FALS BORDA, O. Participatory (Action) Research in Social Theory: Origins and Challenges, in REASON, P. e BREDBURY, H., **Hanbook of action research-participative inquiry and prattice**, pp.27-37. Londres: Sage, 2001.

FALS BORDA, O. Experiências Teórico-Práticas. In. **Investigación-Acción Participativa: Quê**, Recife – Ed. Bagaço, 2005.

FALS BORDA, O. (s/d). **A Investigação-(Acção) Participatória na teoria Social: Origens e Desafios**, Doc. Policopiado, 2009.

FREIRE, P. *et al.* **Nuevas Perspectivas Críticas en Educación**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1994.

GUREVITCH, Z. Dialectical Dialogue: the truggle for speech, repressive silence and the shift to multiplicity. **British Journal of Sociology**, nº52, London: Routledge Journals, 2001.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KUNDERA, M. **A arte do Romance**. Lisboa, Don Quixote, 1988.

LATOUR, B. **Le Métier de Chercheur**. Paris, INRA, 1995.

LAMMERINK, M. **Universidad y Educacion Popular en Nicaragua**. La Haya: CESO, 1989.

LÚCIO, E. e RAMOS, V. Epistemologia e Investigación Participativa. In. **Fénix**, nº 5, Recife: NUPEP/UFPE, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MIN, E. Bakhtinian Perspectives for the Study of Intercultural Communication. In. **Journal of Intercultural studies**, Vol. 22, nº1, 2001.

NUNES, R. Pour une Rationalité Transculturelle In. **Quaderni di Intercultura**, ano 1, Università degli Studi di Messina, Itália, 2009.

NUNES, R. Investigação-Ação e Responsabilidade Social. In. **A Página da Educação**, ano XVII, nº 174, Janeiro 2008.

NUNES, R. (2005) **Nada Sobre Nós Sem Nós** – A Centralidade da Comunicação na Obra de Boaventura de Sousa Santos. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, B.S. **A Crítica da Razão Indolente**. Porto: Afrontamento, 2000.